

Director: António Dantas, filho

Editor: Manuel Guimarães

Toda a correspondência relativa à redacção deve ser enviada para a sua sede: Rua Dr. Avelino Germano, 62—e a relativa à administração, para a Rua de Paio Galvão, 70.

Composto e impresso na Tip. Minerva Vimaranesense
Rua de Paio Galvão

O LUSITANO

Publicação semanal

Propriedade da Empresa de O LUSITANO

O Lusitano é o periódico vimaranense de maior tiragem e circulação neste concelho.

A superstição das fórmulas

Os nossos amos da hora presente, enquanto não derrubaram o trôno, não descansaram. E nessa tarefa que inculcavam como muito patriótica, empregaram todos os meios, ainda os mais infames como a mentira desbragada, a calúnia atroz, a difamação insultuosa. Apregoavam e forcejavam por fazer crer, que, uma vez estabelecida a república, Portugal iria emparelhar em prosperidades e venturas com as nações mais adeantadas de todo o mundo. E o facto é que muita gente estava ansiosa por ver os miríficos resultados do tam reclamado elixir republicano.

Pois bem, caminhamos para três anos de experimentação do novo regimen e ainda não vimos, nem há probabilidades de se verem, os sonhados benefícios que a nossa ingénua credulidade fazia esperar.

Os republicanos estavam completamente desapercebidos para tomarem conta da governação pública. Deixaram-se arrastar pela superstição das fórmulas ócas e abstractas. Entenderam como utopistas sonhadores que bastava estabelecer a forma republicana para que edénicas venturas brotassem do solo português como os tortulhos brotam dum tronco em putrefacção.

Onde estão os seus planos financeiros, administrativos, coloniais, pedagógicos, bem delienados, bem estudados, com todos os visos de fecundidade?

E' o que ainda se não viu. O que temos visto, e com o máximo desprazer, é que agora andam ás apalpadelas como uns cegos que não sabem a que se não de apegar.

Onde está aí, apresentado por eles, um plano sabiamente organizado, de que racionalmente se possa esperar um apreciável melhoramento para a nação, e em que todos concordem, ao menos nas linhas gerais?

Foi o que ainda não tivemos o gosto de ver. Cada qual puxa para o seu lado numa discrepância e numa discórdia que mete dó pelo grande dano que a nação está sofrendo com tais governantes.

Uma questão que já de há muitos anos nos vinha assoberbando fortemente, é a questão financeira. E como é que eles se metem a resolvê-la?

Pelo velho e desacreditado expediente, em completa contradição com o que tinham prometido,—de aumentar as contribuições. Para fazer isto não é mister possuir talento de grande estadista; qualquer sapateiro era capaz de lobrigar uma tal concepção. Todavia há uma coisa em que se encontram na mais perfeita intelligência: é o ateísmo.

Indiferentes em matéria religiosa ou abertamente ateus e portanto inimigos cordiais da Igreja católica, eiz-aí o seu laço de união, o seu vínculo de concórdia. E isto vem ainda acentuar mais o seu desastre.

Aquela máxima tantas vezes alegada dum sábio antigo, que é mais fácil construir uma cidade no ar do que encontrar um povo sem religião, até hoje ainda se não desmentiu. E a história nos mostra que os políticos de mais alteado renome em todos os tempos foram possuidores de sentimentos religiosos.

E por outro lado, em Portugal um partido e um governo que fazem alarde de ateísmo, não podem cair nas graças da nação.

Mas, apesar da falência dos republicanos ser completa e irremediável, salve-se a republica. Sofra a nação o que sofrer—fomes, divisões, bancarrotas,

a mais completa ruina; primeiro que tudo é preciso sustentar o regimen existente. Nisto todos hão de concordar a bem ou a mal; quem tiver a audácia de não concordar, fica por conta da cabornária que saberá cumprir os seus deveres.

Os heróis que tanto se esforçaram por que Portugal fosse uma nação livre como se está vendo, não consentem que as suas altas façanhas caiam no olvido. Havemos de os sustentar para edificação dos nossos vindouros.

P. A.

Reaccionários?

Analfabetos armados em cãndidos censores da opinião que à sua opinião se não curva reverente, pretendem abafar a nossa voz chamando-nos reaccionário. Sabido que hoje em Portugal, mercê dum fenómeno que aos psicólogos não será difícil explicar, as palavras *democrático* e *reaccionário* estão sendo empregadas ás avessas, não estranhámos que os nossos adversários políticos, de reaccionária alcunhem a nossa franca attitude combativa.

Pois bem. Reaccionários somos, se reaccionário é, quem ama o seu país e o deseja próspero e grande, vivendo desafogadamente e livremente a vida dos povos modernos e felizes.

Desejar para o nosso país um regimen republicano que se ajuste bem ao corpo da nação, de sorte que a nação possa à vontade pensar, crer e trabalhar, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Desejar para o nosso país a insofismável liberdade de cultos, de forma que ninguém possa ser perseguido por motivos de religião, é ser reaccionário? Desejar para o nosso país a mais absoluta liberdade de pensamento para que ninguém possa ser perseguido pelo facto de não pensar como o sr. Afonso Costa, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Dizer que é vergonhoso para a República perseguir o clero católico, de muitas e variadas maneiras, entre elas a proibição do uso dos hábitos talares, quando ainda há bem pouco se viu a República Francesa enviar representantes seus a Toulon, para assistir à missa que a crença católica celebrou em homenagem aos seus marinheiros mortos no *Massena*, vendendo-se uma multidão de clérigos ao lado dos representantes do governo, revestidos uas e outros em plena praça pública dos seus emblema religiosos e civis, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Dizer aos políticos intolerantes, que por desconhecerem o condicionalismo do povo português, estão errando nas leis que vão impondo, estão errando no caminho que vão seguindo, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Perguntar ao sr. Ministro das Finanças se o desaparecimento da realesa em Portugal e consequentemente da lista civil, não aliviou o tesouro em muitos contos de réis, se o recolhimento das inscrições que estavam nas mãos da Igreja, não se fez sentir nas receitas gerais do Estado, de forma a aliviar um pouco os encargos públicos, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Querer conhecer o beneficio que trouxe ao tesouro português a verba considerável do rendimento dos passais, enfim a chamada à posse do Estado, de todos os bens da Igreja, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Desejar ver estabelecida a comparação do Orçamento da Monarquia e do Orçamento da República, para que o povo português pudesse compreender claramente a mudança havida nos processos de administração pública, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Desejar saber se há funcionários da República acumulando empregos, e se há lei contra as acumulações e é cumprida, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Dizer, apoiado em altas capacidades financeiras do país, que a lei da contribuição predial imposta pelo partido democrático vem dar a última foçada no já debil organismo agrícola de Portugal, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Citar a autoridade do sr. Tomás Cabreira, o qual ainda há dias foi considerado no *Primeiro de Janeiro*, como autoridade segura, cujos argumentos combatendo a lei, são *irrespondíveis*, é ser reaccionário, é pretender esconder a verdade como alguém quiz insinuar?

Perguntar ao Sr. Afonso Costa se o Registo Civil é pesado ou não ao Estado, é ser reaccionário? Perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se em Portugal não há mais nada que tributar a não ser a propriedade, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Perguntar ao Chefe do Partido democrático porque não quer a regulamentação do jôgo (um vicio, é certo, mas como o tabaco, um vicio que nem o Sr. Afonso Costa nem ninguém destrói) quando é preferível tributar o jôgo a arruinar a vida económica nacional como succederá se for executada a lei de sua Ex.^a, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Perguntar ao Sr. Afonso Costa se toma a responsabilidade das perturbações que poderá causar a execução da sua lei, visto que contra uma *resistência passiva*, nada valem as forças pretorianas, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Querer que se realizem as eleições administrativas para que se não apaguem de todo as tradições municipalistas que são a base de toda a vida nacional, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Desejar as câmaras municipais entregues aos cidadãos que o voto popular designe, vendo-as li-

vres dessa legião de inábeis que estão dia a dia desorganizando a administração municipal, como se verá claramente quando essa legião as abandonar, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Querer que o Parlamento seja uma assembleia de representantes da Nação e não de representantes dum partido, é ser reaccionário?

Prêgar bem alto, a dois anos da implantação do sistema republicano, o direito da livre opinião, visto não sermos um povo isolado nos mares distantes mas sim um povo a quem a civilização tudo deve pelo seu passado glorioso e grande, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Prêgar o respeito sagrado pelas crenças religiosas dos nossos irmãos, à sombra das quais se creou um povo tam magnânimo e tam generoso como não há superior no mundo, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Desejar que neste país as tradições históricas e religiosas sejam respeitadas como na livre e modelar República Norte Americana, é ser reaccionário? Somos reaccionário?

Mas nós sabemos... Ao número dos reaccionários pertence, na opinião dos cãndidos censores que nos aparecem, toda uma falange de altos homens, pelo espirito e pelo coração.

Reaccionário é Wilson, o nobre presidente dos Estados Unidos Norte-Americanos, quando no seu discurso inaugural, fala em Deus, (o *Mundo* do Sr. França Borges corta essa passagem...) pois que, como alto homem de Estado e profundo psicólogo, conhecendo a alma do povo que foi chamado a representar, êle encarnou em si todo o sentimento religioso desse povo.

Reaccionário é M. Poincaré, o homem que hoje, em face do jacobinismo internacional, intolerante e desvairado, representa a França tolerante e humanamente generosa.

Reaccionário é o nosso venerando Presidente Arriaga quando dá à Igreja o seu verdadeiro valor histórico e filosófico (*Harmonias Sociais*, 1906) e quando escreve aquela célebre carta ao Sr. Duarte Leite, na qual reconhece nobremente o sagrado direito dos bispos portugueses em serem fieis aos seus princípios.

Reaccionário foi o saudoso português de lei, Eduardo de Abreu, o espirito dominador e sarcasta, mas disciplinado e erudito.

Reaccionário é José Pereira de Sampaio (Bruno,) voltando as costas, enojado, à demagogia irritante e indelicada, perigosa para a paz da nação e para o futuro dos seus filhos.

Reaccionário é Basílio Teles, recusando-se a colaborar com os que pretendem fazer da nação o logradouro dum partido.

Reaccionários são hoje Jacinto Nunes, António José de Almeida e muitos outros, porque não se deixam arrastar na corrente desorganizadora dos profissionais da desordem na sociedade portuguesa.

Reaccionários somos todos nós os que, não calando a nossa voz perante os erros dos homens que numa falência mental aterradora estão envenenando o corpo da nação, destruindo-lhe os órgãos vitais e fortalecendo-lhe a parasitagem destruidora, temos a cora-

gem cívica de lhes dizer frente a frente o que são e o que valem, e de lhes demonstrar o mal que causam.

Que estranho fenómeno psicológico será este que está, por assim dizer, anemizando a alma da nação, parecendo que dia a dia vão faltando aqueles sentimentos de patriotismo que são toda a tradição da nossa raça, toda a razão de ser da nossa existência?

Para onde vamos nós nesta louca descida vertiginosa?

Nós os reaccionários a desejar que a nação seja a própria República, que a República seja a própria Nação; Eles a contribuir cada vez mais para o retraimento da grande parte da Nação perante o regimen republicano.

Nós os reaccionários a querer salvar a Nação pela República; Eles, os democráticos, a querer salvar o seu Partido em prejuizo da Nação.

E é esta a enorme luta entre o Partido Democrático e a Nação Portuguesa, que está cavando a ruína do nosso querido Portugal!

Rodrigo Pimenta.

O Chefe de Polícia

DESVENDEM-SE AS PROEZAS DO SCCLERADO

Nós já sabíamos há muito tempo que à frente da policia civil de Guimarães se encontrava um selvagem da pior espécie, que lá dentro se cometiam, para com os presos, as mais atrozes barbaridades, que aquilo era mais um couro de canibais de que uma casa de mantenedores da ordem, mas não diziamos nada porque os senhores *moraleiros* da nossa terra viriam logo desmentir-nos e chamar-nos *facciosos reaccionários* que queriamos malquistar os defensores da república.

Tínhamos elementos de sobra para pôr a descoberto abusos, roubos e escroqueries de toda a ordem, mas sabíamos que a nossa voz, uma vez erguida, se perderia no vasto deserto dos interesses partidários e que seríamos desde logo apodados de *caluniadores* e o chefe, e seus sequazes nas proezas, continuariam a ser tidos como *muito boas pessoas*.

Em Guimarães é assim desde que quem fala esteja do lado oposto. Foi preciso que a bestialidade chéfica batesse à porta de um nosso camarada e amigo para nos decidirmos a protestar solenemente contra o seu despotismo e contra as suas barbaridades e foi preciso também que alguns do lado de lá acordassem de um pesado sono para se resolverem a pedir justiça.

Hoje não somos só nós que reclamamos vassoura no corpo policial; são *eles* que fazem coro conosco, que reclamam as mais enérgicas providências, trazendo para público o relato de selvagerias que demonstram claramente os instintos ferinos do ignóbil monstro que se alaparda sob o fardamento de chefe da policia.

Nós já o conhecíamos há muito, já sabíamos que ele era um sabujo e um criminoso, desumano e autoritário, mas não podíamos falar porque seríamos tidos como *suspeitos* ou como *feridos*.

Fomos feridos, não há dúvida, na pessoa de um amigo, pelo pantomineiro, mas não podemos ser já tidos como *suspeitos* porque são *eles*, os do lado de lá, que reconhecem a sua incompetência e o seu selvagismo.

Valha-nos isso, para honra desta cidade que não podia continuar a ter uma corporação com um chefe daquela ordem que, sendo crassamente estúpido e ignorante em matéria policial, não podia ministrar aos guardas que tinha sob as suas ordens as instruções

necessárias para bem se desempenharem dos vários e complicados serviços a seu cargo, não podia reprimir-lhe as faltas porque era mais culpado do que eles, não podia encorajá-los porque era um poltrão, nem podia estimulá-los pelo exemplo porque era um devasso da mais baixa espécie.

Segundo as notícias vindas a público, vai ser feita uma sindicância aos actos da policia, a qual foi solicitada pelo sr. administrador deste concelho ao sr. governador civil do distrito, e a comissão administrativa da Câmara, pronunciando-se sobre o assunto, fez constar da acta, entre outras coisas, que «é indispensável, se não a dissolução, pelo menos uma imediata e profunda remodelação de todo o corpo de policia, de maneira a expurgá-lo de elementos que, em lugar de prevenir desordens, as promovem, que das tabernas fazem o seu posto permanente, num absoluto desprezo pelos mais elementares principios de moralidade pública, que por certo desconhecem».

Vamos pois ver desfiar, no decorrer da sindicância, um rosário de torpezas e de infâmias pelas quais só o chefe é responsável, o único responsável de categoria, porque umas foram por ele cometidas e outras, ainda que praticadas pelos seus subordinados, são devidas aos seus péssimos actos deles conhecidos, aos seus nojentos exemplos e ao desgraçado estado de indisciplina a que deixou chegar a corporação a seu cargo.

Vamos ouvir dizer que o chefe abusou de algumas pobres mulheres depois de presas e no seu próprio gabinete.

Talvez, se os trabalhos forem dirigidos com acerto, se saiba que nos livretes das multas uma quantia se escrevia no recibo que se dava ao transgressor e outra no talão que ficava em poder do chefe.

Vai saber-se que o chefe deu duas fortes bengaladas em uma infeliz dementada, a *verrumas*, porque esta foi presa não sabemos porque motivo.

Saber-se há que um pobre diabo que é conhecido por *borrado*, que foi preso sob uma infundada suspeita, foi interrogado a sopapo.

Virão à scena os factos de uma cadela que rendeu um açafate de frangos, e tantos, tantos outros, que é de a gente atar as mãos na cabeça e endoidecer ao pensar que tudo isso se passou ali na esquadra de policia.

Não queremos irritar a opinião. Simplesmente queremos demonstrar que conhecíamos factos edificantes e já não falamos em um duble de ouro, 10.000 réis e uma boina apreendidos a um gatuno em S. Torquato porque estamos certos de que na sindicância tudo se apurará.

Eis o chefe da policia de Guimarães.

Eis a pessoa encarregada de vigiar pela defesa e segurança dos cidadãos.

Chamem-nos agora nomes feios. Digam que nós somos *reaccionários* e *facciosos*.

Mas reconhecem que só a represália directa nos fez falar e que tivemos a serenidade precisa para até ela nos calarmos.

Porque nos agradava? Não, porque nunca nos agradaram patifarias nem patifes.

Mas sabíamos que a nossa voz se perderia no deserto porque seríamos desde logo apodados de *reaccionários*, de *facciosos*, de *suspeitos*, de *feridos*.

Hoje não somos só nós que falamos.

Fala também quem tem o direito de falar.

Em virtude dos casos que se passam com a policia abtemo-nos da continuação da narração dos factos que se passaram com o nosso camarada, o que por este nos foi solicitado, e as referências que prometemos sobre uns documentos que andamos a reunir, também não as fazemos, não só

porque as julgamos inoportunas, mas também porque, tendo elles de vir do estrangeiro, ainda não chegaram ao nosso poder.

Esperamos, confiados na sindicância, de que justiça será feita; e, se assim for, a limpeza será inevitável.

Nós perguntamos

A quem pode e deve fazê-lo nós desejaríamos dever o favor de nos dizer se, mesmo agora que não estão suspensas as garantias e que as prisões só podem ser effectuadas pela autoridade legalmente constituída, um cidadão pode, sem cerimonia, prender outro?

Perguntamos isso porque nos disseram que dois individuos que, que nos conste, não exercem autoridade alguma, prenderam um cidadão; e se tal acontece, nós também cremos ter o direito de prender qualquer individuo quando ilegalmente se apresente a fazer prisões, já que aqui lhe não succede como áquelle do Pôrto que prendeu outro... em sérios apertos intestinais.

O art. 38.º

Diz o n.º 5.º deste artigo do regulamento da policia que ao chefe pertence «rondar, pelo menos uma vez por noite, os postos policiais e as patrulhas das suas circunscrições.»

O chefe faria estas rondas?

Dizem-nos aqui do lado que não.

Os afonsistas e o catolicismo

Ontem e hoje

A religião católica tem sido o alvo de oppressões tiránicas que o despotismo republicano-radical lhe tem movido.

Todo o seu interesse, todo o seu gosto é espesinhar e vexar a crença que alimenta o coração da quasi total população deste inditoso país, que viu surgir com a aurora redentora de 5 de Outubro a mais vilipendiosa perseguição a todos os actos que se relacionem com o culto católico.

Enquanto que todos os cultos adversos ao catolicismo gosam duma liberdade invejável, tendo mesmo chegado a serem protegidos pelos poderes públicos, elles, os famigerados, procuram por todos os processos que os seus instintos de fera lhes inspire, rasgar os pergaminhos, posse dos crentes, que trouxeram a Portugal uma era de esplendor como foi aquella em que, à sombra da Cruz e no campo da batalha, se defendia o solo desta Pátria amada e novas terras se conquistavam.

Era a cruz, o símbolo do cristianismo, que ornamentava muitos dos flutuantes pendões de guerra; era a cruz, esse distintivo cristão, que era ostentado nas couraças por esses grandes portugueses que deram a Portugal um renome inigualável.

As velas dos bateis que sulcavam as águas do indómito oceano em procura de novos louros para a querida Pátria, ostentavam esse respeitoso emblema da religião de Cristo que não só era a mostra da mais arregaçada fé ao catolicismo como também um estímulo para afrontar os iminentes perigos que surgissem.

No coração de cada lusitano gravada estava a estiletas essa ardente crença que sempre nos dignificou e que levou às regiões mais ignotas do orbe o conhecimento do nosso poderio, o respei-

to pela nossa autoridade suprema.

As determinações da Lusitânia eram acatadas por todos; o nome de português infundia então consideração aos estrangeiros, o que hoje não succede.

Vão os radicais e *patrióticos* perseguidores dos católicos igualar a sua conduta com a desses homens que só glórias adquiriram para o seu torrão querido.

Querem esses radicais lançar a esponja do olvido por sobre os caracteres que veem lembrar a todos os descendentes dos heróicos lusitanos, que nos legaram um honrado nome, que a infinda série de feitos que os nobres D. Afonso Henriques, D. Nuno Alvares, D. João I, e todos os outros lusitanos levaram a efeito, obedeceram sempre ao desejo de hastear no cimo das torres moiramas o pendão que deveria dizer ao mundo, que o visse balouçar ao sopro da brisa, que ali era uma terra cristã e portuguesa.

E é esta religião, que tanta glória nos trouxe, que tem sofrido a mais atroz perseguição, o que os radicais negam.

Não queiram esses democráticos de contrabando dizer ao povo que a religião católica não seja a mais perseguida, e as disposições legislativas que se relacionam com o culto não tenham sido única e exclusivamente applicadas ao católico.

O culto protestante gosa em Portugal duma excepcional liberdade.

Mas porque? Porque hostiliza o catolicismo.

As associações católicas foram os *bodes* expiatórios dessa infrene raça de selvagens que em todas as suas acções procuram distinguirse pela malvadez e pela ausência de carácter.

Quando foi que as autoridades pediram contas, aos incendiários e dinamitistas, dos seus rebeldes actos, que foram o terror do povo católico e que bem mereciam ser deportados para a terra dos cafres? Nunca.

Há pasquins que apresentam em caracteres garrafaes as mais assombrosas intrujices que imaginar se podem.

Tem elles o atrevimento de dizer que a Igreja Católica e os seus filhos gosam da mesma tolerância que qualquer outra! Intrujões!

No mês de Junho do passado ano foi prohibida pela autoridade administrativa de Braga a realização da sessão solene e inaugural da colectividade *A Juventude Católica*, que se realizava às 2 horas da tarde, mas permitiu que um protestante realizasse, às 8 e meia da noite, conferências sobre a religião evangélica.

Como este muitos factos há que bem demonstram o rancor que votam ao catolicismo e os favores que dispensam ao protestantismo.

Se a lei de separação não estabelece a menor diferença entre as religiões católica e protestante, como diz um lamparineiro do *trapo*, então que se estendam a esta última as disposições que só tem sido applicadas à primeira ou que abranja a primeira a liberdade de que dispõe a segunda, o que não tem acontecido.

Eteltónio.

O art. 41.º

Diz este artigo do regulamento da policia, no seu n.º 3.º, que é prohibido aos guardas «entrar nas tabernas, botequins, etc., a não ser para objecto de serviço público.»

Ora vendo os guardas que o chefe «faz duma taberna o seu posto permanente» (palavras da Comissão da Câmara) onde às vezes vão procurá-lo ou receber ordens, como é que não hão de seguir-lhe o exemplo, indo também beber o seu copito ou tomar o seu café?

PASSEIO ENCURTADO...

E' tarde. O sol agoniza sobre o mar que é seu jazigo... vamos a gosar da brisa: vamos, é tam doce, amigo!

E fomos... o campo santo estendia-se ali perto, triste como um mar de pranto e mudo como um deserto...

Entramos: e a passos lentos com vista lenta e dorida olhamos os monumentos onde a morte impera à vida.

Aqui mausolés enormes... epopeias de granito... gigantes méstos, informes de olhos postos no Infinito!...

Além—contraste perfeito,— abertas no chão gelado um mar de campas, o leito extremo do desgraçado!...

Dormi, dormi vosso sono... dormi, sem mais acordar, flores que o ceifeiro outono desfolhou ao perpassar!...

Dormi em paz, na paz mansa da mansão do esquecimento, se a morte murcha a esperança, também leva o sofrimento!

Dormi! tende um sono leve!... que prestes o brando luar virá com azas de neve vossos leitos a velar!

Dormi, dormi na paz mansa da mansão do esquecimento se a tumba rouba a esperança também leva o sofrimento!...

Falai: mas que visão! em prantos a meu lado meu terno companheiro olhava uma campinha, um funebre canteiro com gesto de vidente e olhar de alucinado...

—«Dize, porque a eborar tantas nessa campinha tens dentro dela acaso alguma parte da alma!—» e elle alçando a fronte em que o amargor se estampava, assim me respondeu em voz dorida e calma:

—«Oh! esta campinha singela... oh! estas mirradas flores... vem ajoelhar sobre ela dormem lá os meus amores!...—»

Findava o nosso passeio quando o néptido luar, surgia do céu em meio para vêr os mortos velar!...

Guimarães.

J. P. C. de S.

Mais do art. 38.º

Diz o n.º 8.º que o chefe deve permanecer na esquadra desde as 8 horas da manhã às 3 da tarde.

Haverá alguma alma ditosa que tenha visto o chefe na esquadra antes das 10 ou 11 horas, a não ser em algum dia de serviço extraordinário?

Isso há ela!

Baptizado

Na igreja paroquial de S. Romão de Mesão-Frio, deste concelho, foi no Domingo passado baptizada solenemente, observando-se todos os preceitos eclesiásticos, uma criança do sexo masculino, filha de Maria da Silva, criada de servir, natural da freguesia do Salvador de Souto, também deste concelho, e residente na Avenida Miguel Bombarda (Estação), desta cidade, e de pai incógnito, e neta materna de Roque da Silva e Luísa Cardoso.

A criança recebeu o nome de Alberto Silva e foram padrinhos D. Ermelinda da Conceição Fernandes de Oliveira, da referida Avenida Miguel Bombarda (Estação) e Isaque Afonso de Castro, chefe da policia civil desta cidade.

“A questão social”

Conferência realizada em Lisboa no dia 25 de Fevereiro findo pelo sr. dr. Alfredo Pimenta

O tema que me impuzeram para eu tratar esta noite é profundo e complexo. Foi a primeira vez que eu me senti apoucado e fraco; foi a primeira vez que eu notei que aceitara trabalho superior às minhas forças. Mas dele vou desempenhar-me consoante sei e posso, aproveitando o momento para declarar desde já que não tenho a louca pretensão de esgotar o assunto, nem a ingénua tenção de tocar em todos os seus múltiplos aspectos. *Questão social* é uma expressão muito vaga, muito imprecisa, prestando-se a muitas interpretações. E é da noção que dela tivermos que decorre a melhor ou menor compreensão do critério que na sua exposição adoptamos. Quem lhes fala, meus senhores, nem tem as boas qualidades exageradas que os seus amigos apontam, nem possui os graves defeitos de que os seus adversários o acusam. Sou um homem vulgar com as qualidades e os defeitos vulgares de todos os homens. Mas tenho uma inabalável, uma profunda sinceridade no que digo, e nunca trepidando, quando tenho de expor as minhas opiniões. Por certo que nesta sala não haverá ninguém que pense como eu. Mas isso não obsta a que eu diga a v. ex.^{as} o que penso. Todas as doutrinas se devem expor em público, até mesmo as chamadas más doutrinas, para que os que se arrogam a posse das boas doutrinas, as combatam. Devemo-nos tolerância e respeito. Eis porque não temos que hesitar na propaganda serena e educada das nossas opiniões. Dito isto, convem saber o que se entende por *Questão social*, pois que muitos e variados significados se lhe dá. Por mim entendo que em vez de ser um problema, é antes um conjunto complicado de problemas vários. Encará-la supõe conhecer os fenómenos sociais, e a simples definição destes é difícil e controvertida. Parece, no entanto, que enquanto os fenómenos da chamada natureza inorgânica se caracterizam por uma simples *sucessão* e os fenómenos da natureza orgânica se caracterizam por uma relação de *casualidade*, a característica dos fenómenos sociais se encontra no seu *finalismo*.

E podemos agrupar os fenómenos sociais em dois grandes ramos: a) o do *pensamento social* que abrange os fenómenos científicos, filosóficos e estéticos, objecto da Psicologia colectiva; b) o da *acção social* que abrange os fenómenos económicos, jurídicos e políticos. A *Questão social* é o conjunto dos problemas que dizem respeito a todos estes fenómenos. V. ex.^{as} estão vendo já a dificuldade em abordar esta tese com uma razoável profundidade. Precisar de 8 noites seguidas para eu tratar a todos com um tal ou qual detalhe. Tenho pois que limitar-me quasi à enumeração dos vários problemas e à apresentação rápida e sintética das soluções que o meu espírito aceita. Não esperem v. ex.^{as} que eu lhes traga no bolso a solução da *Questão social*. Isso fazia-se no século XVIII, quando os homens supunham que as leis e os códigos podiam tudo. Admiráveis planos, bem architectados projectos se elaboraram, mas tudo isso tam vão como o fumo que o vento leva. São os factos e não as ideias quem conduz os homens.

As tendências modernas de Filosofia são anti-intelectualistas.

Preso-me de ser um homem de método. E assim, sempre que tenho de expor qualquer questão, busco ordená-la, para melhor ser compreendida. A *questão social* pode ser encarada, debaixo de três pontos de vista fundamentais: a) sob o ponto de vista mental ou especulativo; b) sob o ponto de vista moral ou afectivo; c) sob o ponto de vista material ou activo.

A) Sob o ponto de vista mental ou especulativo

O primeiro dos problemas importantes da chamada *questão social* considerada sob este ponto de vista, é a *Instrução*, tanto no que diz respeito à formação moral do homem, como ao desenvolvimento das suas qualidades ou aptidões profissionais. Ela pode ser religiosa, laica ou neutra, e levar às profissões liberais ou às profissões activas. É anti-científico procurar o absoluto, e julgar as doutrinas, os sistemas, as instituições, pelo seu valor intrínseco, pela sua maior ou menor parcela de verdade que, porventura, especulativamente, possam encerrar. Devemos antes julgá-las pelas suas consequências práticas. Para o estabelecimento da concórdia humana, qual convem mais: a instrução religiosa, a instrução laica ou a instrução neutra? Eu inclino-me, francamente, pela instrução neutra e, na falta ou impossibilidade desta, pela instrução religiosa. Superstições por superstições, antes as superstições orgânicas, aquelas que revelaram, numa longa experiência do passado, qualidades de harmonia e disciplina verdadeiramente úteis ao progresso geral dos homens.

O ideal será a instrução neutra: deixar, em matéria de crenças, o cérebro da criança suspenso entre as várias correntes confessionais, de modo a poder inclinar-se por esta ou aquela, segundo as suas necessidades espirituais e as suas tendências morais. Mas o que é absolutamente prejudicial, atentatório do bom senso e das conclusões da Ciência, é essa chamada instrução laica, sectária, fanática e perversa, arrastando o espírito infantil às maiores aberrações, preparando a juventude para uma deplorável anarquia de ideias e de costumes. Muito me apraz citar, neste momento, estas palavras bem justas e significativas de um dos mais belos espíritos do nosso tempo, Salomon Reinach: «Como o livre pensamento, sem *um saber sólido* que o sustente, não é mais que um dogmatismo ao inverso, deixando o campo aberto a outros empreendimentos sobre a razão, um dos maiores deveres do século XX é fortificar a razão *pelo estudo*, tendo em vista o exercício calmo e reflectido do pensamento livre. (*Orpheus*, 591). O estudo e o saber são neutros. E é à medida que mais se estuda e mais se sabe, que mais tolerante, contemporizador e conciliador se é.

O professor deve transmitir ao aluno unicamente o que não é pertença sua pessoal. E no caso de não poder deixar de fazê-lo, transmitir unicamente as suas simpatias e nunca, nem de longe, transmitir os seus ódios. Eis porque eu prefiro a instrução que ensina a amar Deus à instrução que ensina a odiar Deus. Infeliz-

mente, como observou Yves Guyot, «o ensino em todos os graus tem um vício capital: é ministrado segundo as concepções de quem o dá, e não segundo as necessidades de quem o recebe.» (*La gestion par l'Etat et les municipalités*, 331). A observação do eminente economista francês é justa. Essa orientação do ensino é errada. Ninguém possui a verdade. A vida é feita de mentiras úteis. E ensinar dessas mentiras com a certeza, o dogmatismo de que são verdades eternas, é um erro. No campo da ciência tudo é relativo. Eis porque, scientificamente, só a instrução neutra é útil. Mas não há só a instrução sob o seu aspecto de formação moral. Há que considerá-la como despertadora de aptidões profissionais. E esse aspecto do problema não é menos interessante.

Tem de julgar-se, segundo os povos e segundo as épocas. A história ensina-nos que só progredem os povos que trabalham, dando a esta palavra um significado restrito. Os povos valem pela acção e pelo sentimento. Os povos morrem, quando se limitam a pensar. Povos de mandarins, de abstractos, de teóricos, são povos condenados. E quando esses povos são como o nosso, é um crime de lesa-pátria fomentar as profissões liberais, e um dever sagrado desenvolver as profissões activas.

No comércio, na indústria, na agricultura, ou seja na actividade pacífica, e na guerra, estão as verdadeiras, as fundamentais fontes da vida dos povos. Há que canalizar a juventude portuguesa para o amor à Força e ao Trabalho, porque a Guerra e a Indústria completam-se e auxiliam-se.

Mas não há só a instrução das escolas; há também, e bem poderosa que ela é, a instrução dada e recebida por meio da Imprensa, constituindo esta um dos grandes problemas da *Questão social*. Podemos bem dizer que se à imprensa se devem grandes benefícios, à imprensa devemos também atribuir a responsabilidade de grandes males. A imprensa política principalmente é, talvez, a principal causadora do estado anárquico dos espíritos contemporâneos. A imprensa política é mais uma empresa comercial que propriamente uma orientadora da opinião. Deixa-se orientar pelos maus instintos, pelas flutuações, pelas paixões desordenadas do público e acentua, repisa e explora essas mesmas flutuações e essas mesmas paixões. O público não reflete, não pensa, porque nem tem tempo, nem qualidades para essa operação mental.

O público é levado por emoções, julga pelas primeiras impressões, é simplista.

E o jornal explora tudo isso, para que a simpatia do público se forme a sua volta. Hoje, diz o contrário do que disse ontem: os seus pensamentos são pensamentos de um dia. Negativos, dissolventes, os jornais são tanto mais lidos, quanto mais negativos e dissolventes são. A multidão move-se por escândalos, ainda que manifestamente mentirosos.

Quantos movimentos, quantas revoluções, quantos grandes factos da História se não deram produzidos e alimentados por mentiras! O actual deplorável estado de espírito português deve-se em gran-

de parte, à incompetência, à desorientação, ao deplorável estado de espírito do jornalismo nacional.

Outro dos grandes problemas da *questão social*, considerada sob o ponto de vista mental, é a dos regimens políticos. É uma questão que apasiona todos os espíritos. Repúblicas, monarquias são aspectos vários desse problema. Perguntar qual é melhor se a República se a Monarquia, é pôr mal o problema. Ele formula-se assim: um povo tem tal e tal passado, está em tais e tais condições: *que exercicio poderá ele fazer da forma republicana ou da forma monárquica?*

Teóricamente, na região das ideias puras, as razões alegadas a favor de um regimen, podem bem com as razões alegadas a favor de outro. No mundo dos factos, na contingência das experiências sociais, a monarquia portuguesa é hoje inviável, e o regimen republicano integrado no condicionalismo nacional, é o único a garantir a nossa existência legítima. Como nesse mundo dos factos, a monarquia inglesa ou o imperialismo alemão são optimos regimens, como são péssimos regimens as republicasinhas da América.

Já há pouco dissemos que os regimens não valem pelos argumentos teóricos dos tratados dos filósofos: valem *pela aplicação* que se faz deles e *pelo resultado* que se colhe. Julgá-los pelos seus argumentos teóricos, é um processo apriorístico. Mas pondo de parte a forma especial dos regimens políticos, há que apreciar a sua orientação geral: individualista ou estatista. Francamente nos inclinamos pela orientação individualista. O conhecimento dos factos diz-nos que é tanto maior o progresso, quanto maior é a expansibilidade individual. A observação de tudo quanto a este respeito se tem passado em toda a Europa, confirma a nossa afirmativa. Bem sei que há para aí um delírio apaixonado em matéria de socialização ou municipalização de serviços. Ele, todavia, é o produto da ignorância dos factos. Um dos grandes acontecimentos em matéria de socialização foi o resgate das linhas de Oeste, em França, pedido por todos os socialistas, por todos os estatistas. Ele fez-se. Foi um tremendo desastre financeiro e administrativo.

O ministro Barthelemy chamava a essa operação, «operação branca», querendo com isto significar que nada custaria ao Estado. Feita a operação, chega-se à conclusão de que ela custou ao Estado, 994 mil 466 contos. Todas as previsões em operações desta ordem tem falhado. A França, no resgate dos telefones, previa uma despesa de mil contos; pagou 2 mil 266 contos. No resgate do canal do Meio-Dia, julgava-se perante uma *operação branca*; custou-lhe a operação cinco mil contos. A Suíça previa na operação do resgate dos seus caminhos de ferro, uma despesa de 44 mil duzentos contos; custou-lhe 64 mil 200 contos. Na Inglaterra, só um municipio, o de Glasgow, ganha com a exploração do tramways. E o juízo formulado sobre o socialismo municipal na Inglaterra é este: — não fazer nada e nada deixar fazer aos outros. Em matéria de iluminação, 47 municipios ingleses

que superintendem nesse serviço, perdem.

«A exploração dos caminhos de ferro do Estado, diz o americano Lee Raper, salvo raras excepções como na Prússia, não cobre as suas despesas, e recai sobre os contribuintes.» É conhecido o caso daquele candidato a Presidência dos Estados Unidos que introduziu no seu programa a nacionalização dos caminhos de ferro. As consequências dessa ideia foram tais, que teve de desistir para sempre de alcançar essa alta situação política.

Na Nova Zelândia mesmo, segundo o depoimento de Le Rossignol e Stewart, a opinião pronuncia-se cada vez mais contra uma extensão muito rápida do socialismo de Estado. E é preciso notar-se que o Estado, aí, só explora o telégrafo, os caminhos de ferro, os telefones, as minas de carvão, seguros contra desastres e seguros contra incêndios. Por toda a parte, a falência do Socialismo ou Estatismo. Aconselho a v. ex.^{as} a leitura e a meditação do livro de Yves Guyot que ainda há pouco citei. E' dele esta fórmula simples: *às empresas particulares compete a acção; ao Estado e aos municipios, a fiscalização*. Só os fáceis discursadores podem preconizar as vantagens do Socialismo ou Estatismo, dadas a estas palavras a sua significação vulgar e restrita.

B) Sob o ponto de vista moral ou afectivo

Considerando a *Questão social* sob este aspecto, o primeiro problema que se nos apresenta é o da Família. A Família como sabem é o primeiro agregado social. Sob o ponto de vista sociológico, o individuo só é considerado, quando constituindo a célula familiar. Daí, a importância que a vida doméstica reveste, e os cuidados que ela deve merecer não só aos homens de Estado, mas também aos pensadores. Por mim entendo que devemos cercá-la das melhores condições de aperfeiçoamento. Este só pode dar-se em regimen de completa estabilidade. O casamento mais do que uma função legal, é uma função moral. O seu fim não é só o fim biológico da procreação: é, acima de tudo, e antes de mais nada, o aperfeiçoamento moral dos conjugues, a transformação do egoísmo instintivo em egoísmo colectivo.

Pelo casamento, o homem passa a considerar-se necessário a outrem e a sentir-se reconhecido ao sacrificio alheio. Nestas condições, o regimen monogâmico corresponde às necessidades sociais modernas, e exige, para sua melhor efectivação, a adopção definitiva do regimen da indissolubilidade. Desde há muito que penso assim. E sempre que se pensou em estabelecer na nossa legislação o divórcio, sempre, como pude e soube, o combati. O divórcio só o admito em circunstâncias muito excepcionais e, sempre, como uma penalidade para o conjugue que o provocar.

O divórcio tal como se adoptou em Portugal, é um atentado à estabilidade da Família. E ligado a este problema da Família, anda esse outro problema do Feminismo. O lugar da mulher é no lar doméstico. Nada tem que fazer nos tabladros políticos. Dirigir a

sua casa convenientemente é uma missão que raríssimas mulheres sabem desempenhar, porque ela exige conhecimentos técnicos tam complexos e uma tam larga compreensão das funções de esposa e mãe, que só uma orientação perfeitamente nova na educação pode dar e divulgar. Nestes termos, também a mulher não tem que cooperar no pecúlio material da casa. Administrar e educar, eis os seus deveres. O homem deve, êle só, sustentar a família. Esse feminismo que para af se arrasta, gritando e derrubando, é mais um dos lastimáveis frutos do mal pensado e profundamente anarquizado livre-pensamento. Combatê-lo, cercar a mulher do máximo prestígio moral, tornando-a por assim dizer a única depositária da Beleza, da Doçura, da Piedade, impedir a masculinização da mulher, é o dever de todos os que pensam de mais, embora se vejam obrigados a falar de menos.

Sob o ponto de vista moral, a questão social tem ainda um outro problema de real importância: a Religião. Se é verdade, como diz um escritor ilustre, que a Alemanha é o espelho do mundo, sendo ela como é um foco activo de uma profunda e larga crise religiosa, o problema religioso é, hoje, um problema mundial. E de facto o é. «Assistimos, diz o eminente Rudolph Eucken, manifestamente, hoje, apesar dos ataques apaixonados de que a Religião é objecto, a um despertar do problema religioso; ainda que a negação faça nas massas progressos sem cessar crescentes, nos cimos da vida do espírito, a religião começa a preocupar o pensamento e a excitar as paixões.» (*Les grands courants de la pensée contemporaine*, 516). A aridez das conquistas da ciência não bastou ao espírito e ao coração dos homens. Alguma coisa querem que a ciência lhes não pode dar. A ciência com o seu relativismo e a sua permanente transformação, não pode satisfazê-los. Eis a razão de despertar do sentimento religioso. As religiões são pois forças organizadas a aproveitar, e nunca inimigas a combater. As religiões valem pelos seus resultados. Discuti-las racionalmente, submetê-las á análise científica, como tem feito aliás, tantos homens eminentes, é bater em falso. As religiões creem-se, não se pensam. Os dogmas acreditam-se, não se discutem. Discutir ou pensar um dogma religioso é tam absurdo como crer num princípio científico. Se o exercício desta religião produz a paz no mundo, esta religião é boa, por muito errôneos que, scientificamente sejam os seus dogmas. A ciência é impopular: só é popular a Religião. Só a Religião é possível espalhar-se no povo. Só êle, por muito negativo que às vezes nos pareça, mantém latentes os sentimentos religiosos. Se o meu patrício do Minho, lavrador inculco e rude, vive em paz com a sua consciência, não me ofende nem me rouba, me respeita e se respeita, porque a isso o leva a crença em que foi creado e em que tem vivido, eu sou um bárbaro sem nome se lhe fôr arrancar essa crença.

Depois, Ciência e Religião não são incompatíveis. São problemas de natureza diferente, vivendo em regiões diferentes. Não há uma Biologia religiosa. Pode haver problemas que a Ciência não explica e que entretanto a Religião procura interpretar. Enquanto que a Ciência não se apodera desses fenómenos, a Religião é livre na sua interpretação. São os chamados fenómenos *pre-científicos*. Deixemo-la, pois, actuando na sua esfera, e aproveitemos sensatamente os seus resultados. Entra aqui em debate o problema das relações do Estado com a Igreja. A situação destas duas forças, sob a ponto de vista geral, pode ser: ou dependência do Estado da Igreja (teocracia), ou in-

dependência da Igreja do Estado (separação), ou entendimento das suas entidades (regimen concordatário). E' segundo os povos e segundo as épocas, que devemos julgar qualquer destes sistemas. Entre nós, porque era uma aspiração velha do antigo Partido Republicano que fez a República, o princípio da separação tem de ser mantido, o que não quer dizer que lhe seja fiel a lei em vigor e que de separação tem nome. E' uma sujeição aos princípios que não nos fica mal, se bem que tenhamos de reconhecer que o regimen concordatário elaborado sobre bases diferentes das em que assentava a concordata do antigo regimen, nos fôsse, talvez, mais conveniente, mesmo, é claro, para os interesses do Estado, os únicos que, como republicano, devo, neste momento, encarar. Mas se me repugna vêr o Estado tendo uma Religião oficial, não me repugna menos vêr o Estado armar em Papa e sagrar bispos ou colar párcos, como fez Bismarck e se chegou a tentar fazer entre nós. Qual das igrejas actualmente existentes dominará êste intenso movimento religioso que na Alemanha e nos Estados-Unidos, em França e na Inglaterra, se está manifestando? Tudo leva a crêr que seja o Catholicismo. O seu passado, a sua organização disciplinar, a perfeição da sua hierarquia, o seu prestígio moral que nada pode sofrer com os erros dos homens, tudo isso o coloca em condições de superioridade sobre qualquer outra confissão.

Depois do problema doméstico e do problema religioso, aparece o problema da Educação. A Educação pode ser doméstica ou cívica. A primeira, adquirida no lar, deve dar-nos o perfeito conhecimento do que devemos ao passado, em respeito, consideração e culto, e do que devemos ao presente e ao futuro, em serviços e sacrificios. Ela deve preparar o homem para as suas três funções: filho, esposo e pai. A Educação cívica, adquirida no convívio social, forma o cidadão. São seus principais elementos o club, a associação, etc.

Liga-se a êste assunto o cuidado que nos deve merecer a vida popular polarizada na acção viciada e viciosa da Taberna, do alcouce e das hortas, focos permanentes da desorganização moral das camadas baixas da população. E' pela educação cívica que nós abrangemos o verdadeiro significado da Democracia, tam perniciosamente adulterada hoje entre nós. A Democracia é seleccionista, não é igualitária. Tem o respeito das *élites*, não tem o culto dos rebanhos. Nivelar é rebaixar. A Democracia não nivela: superiorisa. A sociedade é feita de camadas sobrepostas. A Democracia não é subversão de valores: é a permanente valorização dos elementos. Ele busca levantar os que estão em baixo, e nunca fazer descer os que estão por cima. Se só o orgulho pode efectuar a primeira operação, só a Inveja faz a segunda.

C) Sob o ponto de vista material ou activo

Considerada sob êste ponto de vista, a Questão social, apresenta dois grandes aspectos: 1.^o) o problema económico; 2.^o) o problema financeiro.

No problema económico, a primeira questão a tratar é das relações do Capital com o Trabalho. Nunca as consideremos forças inimigas nem nos deixemos levar pelas fantasias da doutrina que prêga a guerra mútua. São forças cooperadoras, tendendo ao mesmo fim, úteis quando irmanadas, estêreis quando desentendidas. O que é preciso é robustecer os laços que prendem as suas forças, torná-las conscientemente solidárias, levar a ambas elas a convicção inabalável de que nada

podem e nada são, isoladas. Os conflitos irão rareando à medida que as classes proletárias fôrem ganhando maior prestígio moral e maior competência profissional. Não é com grêves, com sabotage, com movimentos violentos que esta questão se resolverá. Não é com leis, com imposições legislativas, com deputados e votos, que ela encontrará solução. A Questão social, sob o ponto de vista económico, é uma questão moral e uma questão de competência. Tenha o operário prestígio moral e faça valer as suas aptidões, e os conflitos serão cada vez mais raros. Agora, com vícios e com preguiças, desautorizado pelo seu procedimento e incapaz de fornecer trabalho útil e aproveitável, o operário será a eterna vítima. Para isso, tem que fugir das discussões estêreis e vãs de uma política partidária e pessoal. E' por isto que eu tenho uma tal ou qual simpatia pelo sindicalismo e chego a perdoar mesmo os excessos do sindicalismo revolucionário. Afastando a classe trabalhadora das questões políticas, o sindicalismo presta um grande serviço social. A Política, com as suas habilidades, as suas surpresas, as suas manhas, as suas incoerências, as suas preocupações de toda a ordem, é o maior inimigo do trabalho. Deixemos a política aos políticos. Quem entra na Política é homem perdido para outras funções. Ela tem exigências incompatíveis com uma vulgar inteireza de carácter e impede a reflexão, a serenidade, a longa e consciente meditação dos fenómenos do mundo.

As classes trabalhadoras, que são formadas por todos nós, homens do comércio, da agricultura, da indústria, médicos, advogados, pensadores, devem agrupar-se profissionalmente, tratar dos seus interesses profissionais, do desenvolvimento das suas aptidões, excluindo dêsses agrupamentos tudo quanto diga respeito a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas.

Por mal dos nossos pecados, todos nós temos, em Portugal, hoje, de nos interessar, uns mais do que outros, pela questão política. E' êsse o nosso principal mal. Vejam os senhores como às vezes o anúncio de sessões escandalosas no Parlamento faz pejar as galerias de gente, homens que do seu trabalho vivem ou devem viver, e que o seu trabalho abandonam, os interesses do seu serviço deixam, as necessidades da sua casam desprezam, para contemplarem o triste espectáculo de duas ou três descomposturas parlamentares!

Problemas importantes são o da População, da Emigração e do Pauperismo, todos êles interdependentes e só resolúveis depois da solução da questão económica primária. Não posso detalhar, por falta de tempo, cada um dêsses pontos. Todavia direi que o problema do Pauperismo mais se resolverá pela *Providência* que pela *Assistência*. E entre nós, então, povo que depois de ter vivido á custa do Convento, passou a viver á custa do Orçamento, primeiro bebendo o caldo conventual, bebendo depois o caldo orçamental, povo em que o operário só aspira a ser operário do Estado, a entrar para a confraria da Preguiça organizada, e o filho da classe média só deseja ser funcionário público, entre nós urge desenvolver os princípios da *Providência* e restringir o mais possível a acção da *Assistência*, que, além do mais, tem o inconveniente de sobrecarregar, de um modo apavorante, os encargos do Estado.

Outro problema interessante é o problema criminológico. Há generosos sonhadores que afirmam que o crime desaparecerá um dia. Assim podia suceder, se o crime não fôsse o produto de dois factores — biológicos e sociais. Que elementos temos para combater

o crime? As penalidades e a educação. Já um dia afirmei que deve fugir-se do emprego da palavra castigo. Esta palavra supõe responsabilidade. Responsabilidade supõe-livre-arbitrio. E o livre-arbitrio não existe, no mundo da ciência. O castigo visa uma acção passada, procura despertar o remorso. O fim da ciência criminal é prevenir uma acção futura. Mas se a responsabilidade, na linguagem mecânica, científica, é uma palavra sem sentido, no mundo das convenções sociais tem um alto valor. E' uma ficção necessária. E por isso nós a supomos, e organizamos a nossa vida à volta dela. Maguar moral ou fisicamente, isolar ou eliminar são os três meios repressivos de que podemos dispor, para fazer face ao crime. Há casos em que essa operação de cirurgia social, chamada pena de morte, é recomendável e legítima. Em ciência, não devem entrar os sentimentalismos e muito menos essa praga de filantropia humanitarista que para af se tem feito ouvir. Há, todavia, uma circunstância em que a pena de morte não tem justificação ou defeza, no nosso tempo: é nos chamados crimes políticos ou de opinião, por muito graves que sejam as condições em que sejam efectuados.

No problema financeiro, há duas grandes questões a encarar: o problema militarista e o problema das despesas sociais.

Se a família é o primeiro agregado social, a Pátria é o segundo. Odiar a Pátria é uma monstruosidade de que só são capazes as criaturas profundamente desligadas do conjunto social. O povo alemão deu uma lição eloquente a todos os fantasistas latinos, quando, apesar do seu socialismo, se mostrou disposto a marchar para a fronteira em defeza da sua Pátria.

Nesta febre de expansibilidade imperialista que se apoderou da Inglaterra e da Alemanha e que chegou mesmo a tocar a própria Italia, temos que contar com o problema militarista. Só são fortes os povos que bem se defendem. Só êsses se fazem respeitar e obedecer. E só êsses teem direito á vida. O sonhado desarmamento será, por muitos e muitos anos, uma simples aspiração de lunáticos. Ou as nações se desfaziam dos seus armamentos — é uma loucura supô-lo — ou as nações parariam na aquisição de material guerreiro. E neste caso, a ordem seria fictícia, porquanto, as fortes teriam sempre a ameaça sobre as fracas, e estas sempre a desconfiança a respeito daquelas. A guerra é um mal necessário. Guerra de indices cefálicos ou de tarifas alfandegárias — ela é um fenómeno inerente á vida social. Há um ponto de contacto entre êste fenómeno e o das despesas sociais: é a influencia que exerce nos orçamentos dos Estados. As despesas dos Estados podem olhar-se sob três grandes aspectos: armamentos, fomento nacional, despesas sociais. A Inglaterra tem uma despesa global com a sua força armada, de 313 mil contos; a Alemanha, de 311 mil contos; a Russia de 338 mil contos, e a França, de 250 mil contos.

Se há erro de cálculo, é para menos que não para mais. Temos agora as chamadas despesas sociais, produto das tendências da Assistência. Há tres orçamentos europeus que caracterizam essas despesas: o alemão, o inglês e o francês. Eles apresentam respectivamente as verbas de 17 mil contos, 45 mil contos, 40 mil contos. São, como se vê, encargos pesadíssimos de que se poderia aliviar um pouco a situação financeira do Estado, se os indivíduos mais contassem com a própria força do que com a intervenção do poder central. São as consequências do Estatismo. E' oportuno lembrar a frase de Paul Leroy-Beaulieu: «O país

quer parar no caminho das improvisações fiscais e sociais.» A socialização dos serviços e as despesas sociais, consequências directas de doutrina socialista, com as necessidades militares, a razão de ser de todo o desequilíbrio financeiro actual.

Conclusões

As soluções da questão social são de três espécies: a) soluções de natureza teológica; b) soluções de natureza metafísica; c) solução de natureza positiva. As primeiras deslocam o problema para fora dêste mundo. Objecto de crença, não temos que discuti-las. Mas temos de reconhecer o seu carácter orgânico, e a sua utilidade social. As segundas podem reduzir-se a três: 1.^a) Parlamentarismo; 2.^a) Socialismo; 3.^a) Anarquismo. A primeira baseia-se no sufrágio universal. Esta instituição é uma ficção que peca no seu fundamento. Em primeiro lugar, as decisões das assembleias são inferiores; em segundo lugar, nunca os inferiores podem escolher os superiores; em terceiro lugar, a atmosfera parlamentar é incompatível com um trabalho seguido e meditado. O Parlamentarismo é, hoje, tolerado. E as tendências da Ciência social moderna são para restringir as suas funções, limitá-las a funções de análise, discussão e aprovação do orçamento. No poder executivo e em comissões técnicas é que reside a verdadeira direcção do Estado. O Socialismo é, como vimos, contrariado pelos resultados da experiência. Subordinar tudo ao Estado é um contrasenso. Quem fez as grandes obras de Arte, as grandes descobertas da ciência, não foi o Estado. Não foi a unificação alemã, o socialismo alemão quem produziu Bismarck. Foi Bismarck quem engrandeceu o Império. O Socialismo seria a extinção da Civilização, porque esta reside na espontaneidade individual. O Anarquismo parte de um princípio falso, querendo eliminar o governo. Não há sociedade sem governo e sem hierarquia. Qualquer que êle seja, seja qual fôr o nome que tome, o governo é indispensável a qualquer organismo.

Resta a solução positiva. As suas bases fundamentais são quatro: a *Disciplina social*: é preciso manter integro o respeito pela hierarquia, condição essencial para uma boa utilização de todos os esforços.

No exército, na Igreja, no comércio, em todos os agrupamentos, há quem mande e quem obedeça. Enquanto o reconhecimento desta disposição orienta e inspira os vários elementos, as várias individualidades, tudo se consegue; quando há inversão arbitrária de funções, inicia-se a desordem, a ruína da instituição: *tout s'écroule*. b) *Ordem social*: Como consequência da disciplina, a ordem. Não só a ordem das ruas que muitas vezes esconde uma desordem profunda nos espíritos. A ordem que se traduz em confiança mútua, resultado de uma consciente tolerância, de um sagrado respeito por todas as crenças e por todas as opiniões. c) *Realidade social*: nunca inventarmos homens e mundos à maneira dos nossos sentimentos. As coisas são o que são. E mais podem os factos que as teorias. Cada um de nós inventa um mundo seu e formúla uma solução, uma vida para êsse mundo. E' um erro. Esta afirmação que para aí se ouve de que esta República não era a República que se sonhava é o sintoma de que nessas aspirações republicanas havia uma forte para não dizer total dose de idealismo social. Os povos teem uma alma que é o produto do seu passado. A vida dos povos é, como a vida dos indivíduos, o produto de dois factores: o ser e o meio. Podem legislações e reformadores gastar a vida inteira

AGUAS ALCALINAS-VIDAGO

Fonte "Salus,"

As melhores águas alcalinas da Península

Depositário: F. JACOME

pretendendo dominar a alma secular dos povos, que nada conseguirão. O japonês vestiu-se de europeu. Mas no fundo é a alma dos Samourais a inspirá-lo e a acalentá-lo (tenente-coronel Montaigne). d) *Relativismo social*: encarmos sempre as coisas sob o prisma das épocas e dos lugares. Por exemplo, a um povo de mentalidade do sec. XVII como o nosso, não podemos aplicar as mesmas soluções que a um povo de mentalidade moderna como o alemão que é, acima de tudo, como dizia Leibniz, aplicado, *fleisig*. E nunca darmos às soluções preferidas o carácter de definitivas, nem convenceremo-nos de que podemos atingir as soluções absolutas. Estas quatro bases fundamentais conduzem a uma fórmula contínua que é a síntese da solução teórica positiva da Questão social: o amor por princípio, a ordem por base, o Progresso por fim. Quer dizer: amando-nos, estimando-nos, tendo a ligarmos uma clara simpatia, e nunca lançando mão dela para perturbações ou movimentos destrutivos —caminheemos em busca de melhor vida material e de uma mais bela e significativa e consoladora paz espiritual!

Tenho dito.

O art. 47.º

Diz este artigo do regulamento da policia que os guardas, «quando tiverem de intervir, para fazerem observar as leis e os regulamentos, devem proceder com firmeza, mas ao mesmo tempo com prudência e moderação.»

Os nossos, em face dos exemplos do seu chefe, que interroga a bofetada e a bastonadas de cavallo marinho, como é que hão de intervir?

A terçado, pois está visto.

En un clin d'œil

É, certamente, do domínio dos nossos leitores que a proposta da amnistia aos presos políticos, feita pelo sr. Machado dos Santos, foi regeitada pelas Câmaras que dizem representar a vontade da nação. Não entendeu oportuna e conveniente a concessão do perdão a esses centenares de portugueses que, sob os grilhões das penitenciárias e cadeias, sofrem a ausência das suas esposas queridas e filhos estremecidos, e a quem as amarguras e privações dum cárcere lentamente vão roendo a existência... o governo actual de que é presidente o sr. dr. Afonso Costa. E essa renúncia, absurda por se basear em causas, temores fantásticos, foi reforçada com o voto dumhas dúzias de homens, obreiros da desarmónia e da dor entre a família portuguesa: os democráticos e os independentes.

Mais uma volta, pois, foi dada ás chaves dos presidios!...

Mas... ocorre perguntar: se nos corações desses homens há um reflexo ténue, frouxo, da magnanimidade que caracteriza o povo português, não ouvirão eles, porventura, um brado interior a reclamar clemência, perdão para

tantos inditosos que deixaram no lar sem pão os seus filhinhos e mergulhadas na mais cruel desolação e tristeza as suas desventuradas esposas?!... Se esses poucos homens, que dizem exprimir o desejo do país, são pais, não sentirão despedaçar-se lhes de máguia e de remorsos a alma, ao ouvirem a tantas mães, rodeadas dos seus pequeninos entes inocentes que lhes pedem pão e notícias do pai, dizer com o coração alanceado e de face lacrimosa e constrangida:—filhos, não há pão; vosso pai? roubaram-no-lo?!...

Positivamente que sim... Porque é que não correis já os ferrolhos das portas dessas masmorras? Será o receio de esses centos de infelizes novamente abraçarem armas para tentarem a capitulação da república,—que não sabeis, nem quereis fazer de todos amada—que vos obriga a não seguir a voz da consciência?!

Mal da república, como há tempo em algures dissera e escrevera um illustre conterrâneo nosso, se a sua vida dependesse da vontade e da força, isto é, estivesse nas mãos desse insignificante número de portugueses!

Mas, se, como todos afirmam, a república está segura e é forte, porque se não há de nobilitar o regímen com este acto simpático, tam almejado pela enorme maioria da nação?!... Leve pelo menos na consciência o governo, ao abandonar as cadeiras do poder, a satisfação de uma vez ter sido generoso e haver cumprido um dever.

Haja comiserção pelos vencidos!

M.

Dr. Alfredo Pimenta

Em harmonia com os nossos principios, tendentes a levar às consciências da nossa terra a pacificação e a ordem de que tanto carecem, gostosamente damos publicidade à conferência que este nosso illustre conterrâneo realisou em Lisboa no mês passado. Em despeito do que dele possam dizer os ignorantes e os sectarios que o combatem, o certo é que o Dr. Alfredo Pimenta, mostra, nas suas palavras, que merecem ser meditadas por todos, ser um homem de principios, um homem de ordem, que travéz de todos os ataques que à sua conduta lhe vão fazendo, não trepida em contribuir cada vez mais para a disciplinação da sociedade portuguesa.

As palavras do conferente sobre a questão religiosa, sobre a Família e sobre as relações entre o Capital e o Trabalho, valem bem mais que todas as pomposas afirmações dos senhores ministros democráticos na Imprensa Nacional.

Receba pois o nosso conterrâneo os nossos mais affectuosos parabens.

O policia 20

João de Abreu Vieira, o policia 20, de quem falamos aqui no último Domingo, veio ter connosco a fim de nos dizer que é falsa a acusação que dele fizeram os seus

companheiros, e que lhe valeu o castigo de 15 dias de suspensão, pois nunca disse mal dos seus superiores e muito menos proferiu as palavras que lhe foram atribuidas, e que os seus referidos companheiros o caluniaram por ele ser uma praça disciplinada e não encobrir certos abusos.

Não sabemos ao certo o que se passa, nem nos damos ao trabalho de averiguar da verdade, porque, como vai ser feita a sindicância à policia, ali terá o 20 ensejo de se justificar.

Entretanto diremos que temos em nosso poder uma declaração feita perante testemunhas por um cidadão a quem um dos policias, que accusam o 20, fez a narração do facto, e entre ela e o que a nós nos foi dito pelos mesmos policias há uma contradição muito regular.

Que a verdade se apure e justiça seja feita a quem a merecer, são os nossos votos.

O que ele é

Diz-se republicano, o selvagem, o tartufo, e regista civilmente um filho com o pomposo nome de Democrata!

Cafre, mas cafre dos mais hediondos é que ele é.

Juventude Católica

Um grupo de vimeanenses, constituido em comissão, trata de lançar as bases para uma sociedade, com o titulo que nos serve de epigrafe, tendo para isso feito já diversas reuniões, afim de elaborar os estatutos para serem remetidos às autoridades competentes para aprovação.

Os fins, puramente religiosos, beneficentes e recreativos, abstractando tudo quanto seja politica, são de molde a merecerem a nossa aprovação, podendo por isso contar com a nossa coadjuvação.

Barão de Pombeiro

Na noite de terça para quarta-feira faleceu nesta cidade, no seu palacete ao largo de Martins Sarmiento, o illustre titular sr. Barão de Pombeiro.

Embora de avançada idade, nada fazia prever tal desenlace, motivo porque a noticia correu, inesperada, por este bom povo que o venerava.

Os seus funerais realizaram-se na passada quinta-feira, na igreja da Misericórdia.

Que descanse em paz o illustre extinto.

A toda a familia enlutada a expressão sincera do nosso pesar.

Anúncio

Arrematação

1.ª Publicação

No dia 30 do corrente, às 11, 30 horas, à porta do Tribunal Judicial, desta comarca,

sito na rua do Gravador Molinho, desta cidade, em virtude de carta precatoria vinda da comarca de Vila Nova de Famalicão, e extraída dos autos de execução hipotecaria em que é exequente António Augusto Ferreira Dias, solteiro, maior, proprietário, da mesma comarca, e executados José Ribeiro Barbosa e mulher Maria Gomes de Araujo Coelho, proprietários, da freguesia de Riba de Ave, se ha-de proceder à arrematação, em hasta pública, ao seguinte prédio.

Uma morada de casas torres e terreas com diversos compartimentos, construidas de pedra cobertas de telha e junto uma casa térrea que serve para cosinha, e ainda outra morada de casas térreas também construidas de pedra cobertas de telha com diversos compartimentos, e ainda junto terrenos a horta divididos em dois balcões, com árvores de vinho e ramadas, construidas de ferro, esteios e arame, tudo tapado por paredes e valos e fora e sobre um caminho particular deste prédio e de outros, uma ramada construida também de ferro, esteios e arame, a qual faz parte deste mesmo prédio, situada no lugar do Monte, freguesia de Ronfe, desta comarca, ignorando-se se é de natureza de praso ou alodial. Foi avaliada na quantia de 450\$000 réis e será entregue a quem maior lance oferecer acima desta quantia, ficando a cargo do arrematante metade do pagamento da contribuição de registo.

Pelo presente ficam citados quaisquer crédores incertos e desconhecidos dos executados.

Guimarães, 5 de Março de 1913.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 5.º officio,

Eduardo Pires de Lima.

Anúncio

Éditos de 30 dias

2.ª Publicação

No Juizo de Direito desta comarca de Guimarães, e cartório do escrivão do 2.º officio abaixo assinado, correm éditos de 30 dias que principiarão a contar-se depois da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, citando D. Antónia Adelaide da Costa e Silva Azevedo, casada com António José de

Sousa Leite Azevedo, do lugar do Bairro, freguesia de Santa Maria de Moure, comarca da Póvoa de Lanhoso, para, na qualidade de credora, assistir a todos os termos até final do inventário orfanológico a que se procede por óbito de Francisco Marques e mulher Luísa Joaquina da Silva, moradores que foram, na freguesia de São Martinho de Sande, desta comarca, e no qual é inventariante Joaquim Marques, da mesma freguesia, sendo esta citação sem prejuizo do andamento do mencionado inventário.

Guimarães, 22 de Fevereiro de 1913.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão,

Manuel Ribeiro de Souza Mascarenhas.

NINHARIAS

POR

José de Azevedo e Menezes

Refutação documentada dos erros cometidos pelo sr. Anselmo Braamcamp Freire nos seus estudos publicados acerca dos Farias, de Barcelos.

A' venda na Papelaria e Tabacaria Lemos, Rua da Rainha.

PREÇO 800 RS.

Anúncio

No Juizo de Direito desta comarca de Guimarães e pelo cartório do escrivão do 3.º officio abaixo assinado, foi proferida sentença, decretando o divórcio definitivo dos conjuges Maria José Martins e José da Silva Martins, ambos desta cidade, o que se faz público para todos os efeitos legais e nos termos do art. 19.º do Decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910.

Guimarães, 3 de Março de 1913.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 3.º officio,

Caetano de Faria Lima.

Análises de urinas, escarros, pus, sangue, vinhos, vinagres, azeites, queijo e manteiga, etc.

Laboratório de análises, junto á farmácia Dias Machado

GUIMARÃES

A casa que mais sortido tem e que mais barato vende Bicycletas accessorios, fazendas, miudezas, modas, perfumarias, bordados a pêsco, panos para enxovais, guarda-sóis, etc., é a LOJA DO BENJAMIM —Teural, 105.

Interesses no Brasil

O Escritório de Direito Internacional, à rua do Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática de advocacia em Portugal e no Brasil, advogado do Banco Aliança do Porto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a direitos e interesses de portugueses no Brasil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de alugueis, rendas, juros dividendos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papéis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Porto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral,—rua da Fábrica, 78.

Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

FUNILEIRO

Manuel Ferreira da Costa

Faz e concerta toda e qualquer peça de obra pertencente à sua arte, tanto em fôlha, como zinco ou cobre.

Também se fazem gazómetros para acetilene, pulverizadores, caixões de chumbo para funerais, banheiras de todos os tamanhos e feitios, encanações de agua ou gaz em tubo de chumbo ou galvanizado, assim como assentamento de retretes e suas pertenças. Tudo por preços módicos.

Rua de Francisco Agra, 31, 33.
GUIMARÃES

COMPANHIA DE SEGUROS A POPULAR

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

FUNDADA EM 1902

Capital autorizado Rs. 500:000\$000

Telefone n.º 2460 — Enderêço telegráfico: LARPOPU

Rua dos Bacalhoeiros, 125, 2.º

LISBOA

Correspondentes em Guimarães—**PIMENTA & C.ª**

Com estabelecimento de fazendas brancas, miudezas, etc.

24, Rua de Paio Galvão, 28

ATENÇÃO!

Só na **Sapataria Académica** à Rua Dr. Avelino Germano, 36 (antiga Rua de S. Paio) é que se encontra o calçado mais bem acabado, e por preços que ninguém ousa competir.

Garante-se a superior qualidade nos cabedais empregados nos calçados.

Trabalho, o mais perfeito, e preços muito mais económicos que em qualquer outra sapataria de Guimarães.

Uma encomenda pois, que será a prova mais cabal do quanto se afirma neste anúncio.

Colégio Académico

Rua de S. Domingos, 19

GUIMARÃES

Admite alunos internos, semi-externos e externos, para instrução primária, secundária e curso comercial prático. Alimentação abundante e bem cuidada. O resultado dos exames no presente ano lectivo foi de 50 APROVAÇÕES COM 3 DISTINÇÕES. Envia-se o programa a quem o pedir à direcção.

Os directores,

Alfredo Peixoto, médico
Luis Gonzaga Pereira.

FOTOGRAFIA MODERNA

— Rua de S. Dâmaso, 10 —

GUIMARÃES

Nesta acreditada fotografia executam-se com a maior presteza e máxima nitidez, todos os trabalhos fotográficos pelos mais modernos processos como sejam:

Retratos platina, sais de prata, etc.

Ampliações em todos os tamanhos até ao natural de qualquer fotografia por mais pequena que seja.

Retratos em porcelana, madeira e seda.

Admiráveis retratos reclame, a 400 réis a meia dúzia.

Belas miniaturas para medalhas, a 250 réis a meia dúzia.

Postais fotográficos, a 900 réis a dúzia.

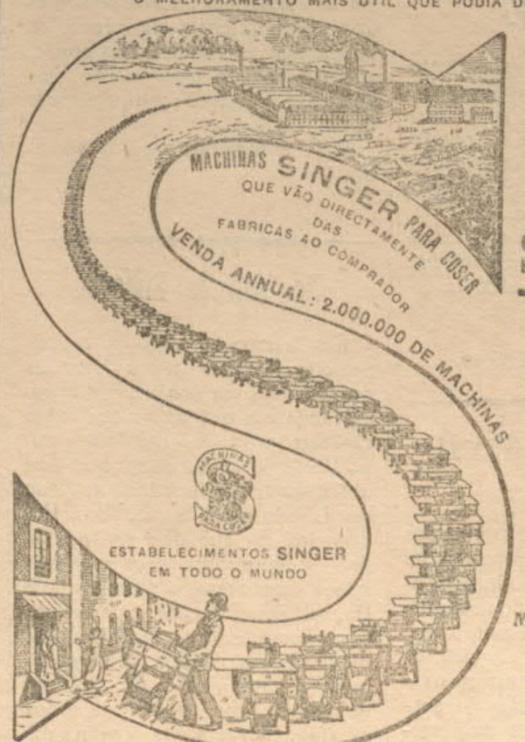
Ampliações inalteráveis de 50 centímetros, a 1\$500 réis.

Esta fotografia possui um excelente material, o que há de mais aperfeiçoado, o que permite executar todo e qualquer trabalho e com a máxima perfeição, operando com todo o tempo.

Tomam-se encomendas fora do atelier sem aumento de preço.

Prefiram este atelier a qualquer outro, pois é o único com quem ninguém pode competir em preços e perfeição.

NOVA ESTANTE DE PEDAL
COM
FRICÇÕES DE ESPHERAS D'AÇO
O MELHORAMENTO MAIS UTIL QUE PODIA DESEJAR-SE



MACHINAS SINGER PARA COSER
QUE VÃO DIRECTAMENTE
DAS
FABRICAS AO COMPRADOR
VENDA ANNUAL: 2.000.000 DE MACHINAS

ESTABELECIMENTOS SINGER
EM TODO O MUNDO

NÃO CABEM
JÁ NAS
MACHINAS
PARA COSER

SINGER

MAIS
APERFEIÇOAMENTOS
NEM
MECANISMO
MAIS
EXCELENTE

MAXIMA LIQEIREZA.
MAXIMA DURAÇÃO.
MINIMO ESFORÇO
NO TRABALHO. →

Avenida Candido dos Reis—GUIMARÃES

O LUSITANO

Publicação semanal

PREÇO DA ASSINATURA
(Pagamento adiantado)

Portugal, Ultramar e Espanha	Ano	1\$200 rs.
Sem estampilha	Semestre	600 "
Pelo correio	Ano	1\$300 "
	Semestre	650 "
Trimestre		400 "
Estados U. do Brazil (ano)		1\$800 "
Países da União Postal		2\$400 "
Número avulso		30 "

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES
(Pagamento adiantado)

Anúncios e comunicados, por linha	40 rs.
Repetições, por linha	20 "
Permanentes, contrato convencional	
Reclamos, no corpo do jornal, até 5 linhas, cada um	100 "
Anunciam-se as publicações que o mereçam, mediante um exemplar gratis.	
Anúncios, não judiciais, para os srs. assinantes, 25 % de abatimento.	

P. LUÍS DIAS DA SILVA

SERMÃO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

pregado na igreja matriz de Fafe, em 8 de Dezembro de 1912; acaba de ser editado num elegante opúsculo, precedido da narração do

interessante episódio
que determinou a sua publicação.

PREÇO, 120 RS.

Pelo correio 125 rs.

Pedidos à Tip Minerva Vimaranesse
R. Paio Galvão—Guimarães

O LUSITANO

I Ano

Publicação semanal de Guimarães

Num. 39

Ex.º Sr.